

## Representando as ruas: uma análise (preliminar) do MBL nas eleições de 2016

CLÁUDIO ANDRÉ DE SOUZA  
GABRIELA DE MATOS MESSIAS  
MARIA VICTÓRIA ESPIÑEIRA

### RESUMO

■ As manifestações pró-impeachment realizadas a partir de 2015 foram lideradas pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que resultou no lançamento de candidaturas de alguns dos seus membros nas eleições a vereador de 2016, buscando por dentro dos partidos apresentar novas pautas sob a insígnia da representação política das ruas. Desse modo, este trabalho busca compreender a ascensão desse grupo no cenário eleitoral, dialogando com os conceitos de representação e participação dentro da perspectiva analítica que considera que os ciclos de protesto são estruturados pela intrínseca relação entre movimentos sociais e sistema político, sendo que o MBL fez dos protestos nas ruas um importante repertório de ação, se propondo a entrar na política partidária por meio das eleições em 2016. De modo exploratório, este trabalho analisa a trajetória política dos vereadores eleitos, verificando de que forma o MBL introduz nas instituições representativas militantes “outsiders” ou simplesmente atores com intensa presença em partidos e governos antes da participação no MBL.

### ABSTRACT

■ The pro-impeachment demonstrations held in Brazil in 2015 were led by the Free Brazil Movement (MBL – Movimento Brasil Livre), which resulted in the launching of candidacies of some of its members in the 2016 municipal elections,

seeking within the parties to present new guidelines under the banner of popular political representation. In this sense, this paper seeks to understand this group's rise in the electoral scene, communicating with the concepts of representation and participation within the analytical perspective that considers that the cycles of protest are structured by the intrinsic relationship between social movements and the political system. The MBL turned street protests into an important repertoire of action, proposing to enter into party politics through the municipal elections in 2016. In an exploratory way, this work analyzes the political trajectory of the elected councilors, verifying how the MBL introduces "outsider" militant representative institutions or just players with intense presence in parties and governments before MBL's participation.

## INTRODUÇÃO

■ Muitos pesquisadores concordaram com Kowarick (1987) ao questionar há algumas décadas a escassez de trabalhos voltados à ultrapassagem de barreiras analíticas responsáveis em classificar de antemão qualquer relação movimento-Estado por definição antagonônica. Tatagiba citando Boschi e Valladares (1983, p. 66-67) compreende a importância da dimensão estatal e seus efeitos sobre os movimentos, ao salientar que:

[...] os movimentos sociais envolvem a conquista de direitos básicos de cidadania como o fator central de mobilização para a ação: não se pressupõe aqui nem o relativo isolamento das populações envolvidas, nem a espontaneidade como base da ação. Desta forma, não apenas a questão do apoio externo é incorporada como um dos elementos presentes nos movimentos sociais, como também as vinculações destes com outros agentes tais como partidos políticos, outros movimentos congêneres e mesmo agências estatais. Em suma, os movimentos se dão no contexto das relações entre sociedade civil e o Estado, para colocar em termos bem genéricos.

Nessa direção, a presença de um novo aporte teórico capaz de superar a insígnia da "autonomia" enquanto não-relação dos movimentos com o Estado afirmou-se gradualmente ao travar intensos diálogos com outras vertentes teóricas de interpretação dos movimentos sociais. Em um trabalho mais recente de sistematização dessa literatura, semelhante ao que fez Gohn (2004 [1997]), Tatagiba (2007), Alonso (2009), Brandão (2011), Euzenía Carlos (2015) apresenta as nuances das principais vertentes teóricas, atentando-se particularmente

para o lugar da política institucional e não institucional dentro das dinâmicas de ação coletiva.

Nos últimos anos, tem se destacado no âmbito da sociologia e da ciência política brasileira o aporte teórico-metodológico com ênfase na abordagem relacional entre os movimentos sociais com a criação de novos atores político-institucionais, isto é, atores da sociedade que mantêm conexão com o sistema político ou estão situados nele. Este esforço destacado no mapeamento desta literatura pode ser creditado nos últimos anos à pesquisa de Tatagiba (2008, p. 18), considerando que “[...] embora busquem afirmar sua independência, movimentos e atores político-institucionais mantêm e/ou buscam manter relações estreitas e que essas relações são permeadas por contradições e ambivalências”.

Essa agenda de pesquisa mostra-se bastante preocupada com a interação entre sociedade e Estado, e tem como referência central as pesquisas ancoradas em Charles Tilly. A caracterização dos conceitos relacionados às *contentious politics* (Tilly, 2010, p. 136), grosso modo, compreende os

[...] movimentos sociais como uma forma contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desse alvo, ou monitores da contenda.

Para Tilly, somente é possível compreender os movimentos sociais diante da aplicação de uma visão ampla que os relacione com outras formas de ação política (Abers e Bulow, 2010). Ao lado desse autor, destacam-se também Doug McAdam e Sidney Tarrow (2011, p. 21-22), que definiram em trabalho recente a contribuição de Tilly para a construção de um novo arcabouço teórico de aproximação analítica entre movimentos sociais e sistema político como objeto de estudo. Deriva dessa vertente de interpretação da ação coletiva o entendimento de que os *protestos se expressam como ciclos de confronto político relacionado ao Estado* (TILLY, MCADAM, TARROW, 2009). Para os autores seriam os movimentos sociais uma forma histórica de expressão de reivindicações organizadas em ciclos de protesto enquanto fases de mobilização social e política, contribuindo, sobretudo, para prever os “sucessos” e as “derrotas” dos movimentos.

Analiticamente, o Movimento Brasil Livre (MBL) entre outros grupos criados após as manifestações de junho de 2013, podem ser entendidos diante da

ascensão no país de um *ciclo de protesto* motivado pela crítica ao sistema político, mas focado nas críticas ao governo petista ou de esquerda. Para Tatagiba (2014), assim como os ciclos de protestos ocorridos pelas Diretas Já em 1984 e pelo impeachment do ex-presidente Collor em 1992, a eleição presidencial de 2014 foi o momento que condensou a energia dos protestos de junho de 2013 com todo seu contraditório e multifacetado “desejo de mudança”. Os grupos que vieram a ter destaque diante da organização de mobilizações contra o governo petista pareciam entender que os problemas do país tinham como grande responsabilidade a presença do partido no governo federal, daí o fato de que os protestos a favor do impeachment estiveram orientados para uma “radicalização do antipetismo” enquanto narrativa de mobilização (SOUZA, 2015). Nessa direção, os argumentos de Leonardo Avritzer (2016, p. 27) são semelhantes, já que:

a democracia no Brasil funcionou bem, seja na sua capacidade de produzir decisões, seja na sua capacidade de ampliar a inclusão social. No entanto, alcançou seu limite em razão do presidencialismo de coalizão e do ineficiente combate à corrupção. Ambos estão relacionados, mas não são a mesma coisa. No que diz respeito ao presidencialismo de coalizão, os limites são três: o aumento do custo da formação da coalizão e a crescente desorganização do Executivo; a perda de legitimidade do sistema político como um todo; e os custos crescentes em gerir esse presidencialismo de coalizão que estão caindo no colo do PT.

Este trabalho pretende ampliar o debate e a compreensão sobre o atual ciclo de protesto de caráter liberal e conservador no país, logo, um objeto “em movimento”, partindo da perspectiva de que tais mobilizações ancoradas por entidades como, por exemplo, o MBL, assim como tem ocorrido com grupos anti-neoliberais e de esquerda, se colocam nas franjas do sistema político, buscando apoiar a entrada de membros no âmbito da política institucional, o que se caracteriza como um paradoxo diante do apoio massivo da sociedade a uma perspectiva de que “nenhum político presta”.

De algum modo, busca-se privilegiar nesse trabalho a perspectiva de interação entre os diferentes atores conformados em um contexto de ação coletiva, estabelecendo um diálogo com os trabalhos de carreira política no âmbito da Ciência Política e provocando o encontro de conceitos como os de representação e participação que durante muito tempo estiveram em campos opostos normativamente nos debates da teoria democrática contemporânea.

Com base em levantamentos de dados em caráter exploratório, parte-se da premissa de que *o contexto de crise da representação provocado a partir das manifestações de junho de 2013 gerou oportunidades políticas (TILLY, 1997) para a ascensão de protestos de grupos com perfil liberal, que defendem no âmbito discursivo a “renovação da política” através da defesa ideológica de interesses liberais, demarcando uma forte oposição aos partidos e movimentos sociais situados à esquerda.* A grande novidade, talvez, diz respeito ao desdobramento dos protestos de rua no ambiente eleitoral através do apoio do MBL a diversas candidaturas ligadas ao grupo – em especial no campo Legislativo, objeto central dessa edição da Revista Cadernos Adenauer.

Os protestos de junho tiveram a presença dos mais diversos grupos e cidadãos “difusos”, que se apresentavam como sem partidos ou anti-partidários, tendo como bandeira principal a repressão que havia se abatido sobre o Movimento Passe Livre (MPL) e que também já apresenta outros slogans. Tais protestos ficaram conhecidos para alguns analistas como um movimento cujo clamor principal residiu na melhoria dos serviços públicos.

Para Nobrega (2013, p. 59), “a palavra de ordem emitida pelas ruas não foi genérica ou alienada”, além dos serviços públicos de qualidade que os jovens demandavam era também mais parques, internet livre, perspectiva ambiental, mobilidade urbana, dentre outros aspectos. Ressaltando ainda que ficava clara a expressão por “Estado aberto para as pessoas, menos dependente do capital, desvinculado de multinacionais, bancos e empresários. Mais social e menos econômico”.

Também para Nogueira (p.60), o maior “temor” dos desdobramentos dos protestos (se referindo aos de 2013) não foi um “golpe da direita”, mas sim “a dificuldade de respostas das instituições políticas”. Referindo-se aqui aos Partidos Políticos como não qualificados para “processar” as vozes das ruas de forma democrática. Nesse sentido, algumas outras interpretações dão um peso a outros aspectos que estão presentes como constitutivos nas vozes. Elas representariam uma insatisfação com o Executivo que se posicionou em diversos momentos em favor de bandeiras que uma parcela da população sempre foi resistente, e que num primeiro momento já estava defendendo um nacionalismo inespecífico. Isso pode se confirmar através de pesquisas (Espíñeira e Matheus, 2016) quando aparecem grupos com vínculos a partido de direita com bandeiras inclusive a favor da interferência dos militares no sistema político. Aí começa então, a surgir o temor de um “golpe de Direita”.

Sendo assim, este artigo está estruturado em duas partes voltadas a analisar a trajetória e a ascensão do MBL, considerando o atual contexto de crise de representação, conforme assinala Avritzer (2016) ao apontar de modo ensaístico alguns impasses que limitam o avanço da cultura política democrática no Brasil. A primeira parte busca analisar o surgimento do MBL no contexto das manifestações de junho de 2013. Embora tenha começado a atuar nas ruas com maior fôlego em 2014, os protestos do grupo se configuram como um mesmo ciclo de protesto ancorado na crítica à classe política. A segunda parte analisa de modo exploratório a atuação efetiva do MBL e a trajetória política dos vereadores eleitos, apontando para o fato de que, apesar de se apresentarem como candidatos do MBL, o entendimento do sucesso eleitoral desses atores não descarta outras lógicas de legitimação utilizadas para a entrada na vida pública. Pois, como Bordignon (2011) explica, os estudos na área costumam notar uma baixa demarcação das diversas esferas sociais, de modo que as modalidades de atuação, de inserção social e princípios de legitimação obedecem a lógicas sociais cruzadas e sobrepostas. Desse modo, a análise procura abarcar elementos diversos para compreender a carreira política desses candidatos.

De alguma forma, um dos objetivos deste trabalho visa a ressaltar que os protestos de rua têm estabelecido vasta influência nas instituições representativas, sobretudo na perspectiva de ascensão de novos atores decantados no binômio representação-participação dentro e fora dos partidos, algo marcante na trajetória dos partidos de esquerda, mas que parecem começar a compor o panorama dos principais partidos de direita brasileiros. De certo modo, a representação das ruas passou a compor o leque de desafios destes partidos no cenário político colocado após as jornadas de junho de 2013.

## ○ MBL E AS JORNADAS DE JUNHO: UMA PARTE DA HISTÓRIA

■ Desde o início, o segundo governo da Presidente Dilma esteve marcado por acontecimentos e dilemas que contribuíram com um clima de inquietação e instabilidade no cenário político, resultando na queda dos níveis de aprovação e de confiança da população na presidente<sup>1</sup>.

---

1 É possível acompanhar parte desse processo através das seguintes reportagens: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/04/pesquisa-ibope-mostra-queda-na-avaliacao-do-governo-dilma-rousseff.html>; <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/popularidade-de-dilma-segue-baixa-1670.html>. Acesso 23/jan. 2017

O descontentamento de parte da população com os recentes acontecimentos na economia e na política contribuiu com a mobilização de um ciclo de protestos em várias capitais e cidades brasileiras, que ganha mais contornos em março de 2015 e encerra-se no processo de impeachment da presidente Dilma. As pessoas e grupos que saíram às ruas cobravam o fim da corrupção (em apoio a Operação Lava-Jato), levantando bandeiras, como “Fora Dilma” ou “Fora PT”.

Esses protestos tiveram como articuladores alguns grupos que surgiram a partir das manifestações de rua que ocorreram em 2013, quando o Movimento Passe Livre (MPL)<sup>2</sup> organizou protestos contra o aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo, mas que se estenderam a outras capitais e diversas cidades brasileiras. Os eventos aconteceram nos meses de junho e julho, e ficaram conhecidos nas mídias como Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho<sup>3</sup>.

As Jornadas de Junho contaram com grande protagonismo de jovens que se organizavam em coletivos e convocavam *on-line* os atos públicos, que eram realizados sem bandeiras de partidos ou camisetas e carros de som de sindicatos (GOHN, 2016). Em tal contexto, a internet foi um elemento central para a convocação dos atos, as redes sociais tornavam-se um espaço de divulgação e discussão das manifestações e de novas convocações. E uma pluralidade de atores e pautas, que muitas vezes eram antagônicas, acompanhavam as manifestações<sup>4</sup> (ESPIÑEIRA & MATHEUS, 2015).

Nessa perspectiva, os protestos que iniciaram dirigindo-se aos governos estaduais e municipais espalharam-se e passaram a reportar-se ao governo federal. E num sentido mais amplo, notava-se um tom de descontentamento com a classe política, que se expressava na ideia do “Fora todos”, em referência aos políticos e

---

2 Conforme Espiñeira e Matheus (2015), o MPL surgiu a partir das revoltas, que ocorreram em 2003 na cidade do Salvador e em Florianópolis em 2004, contra o aumento de passagens de ônibus. A fundação desse movimento deu-se no Fórum Social Mundial que aconteceu em 2005 em Porto Alegre, passando a assumir o caráter de movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente. Outras informações sobre o MPL podem ser acessadas em: <http://tarifazero.org/mpl/>.

3 Fontes: <http://noticias.uol.com.br/infograficos/2013/06/21/protestos-pelo-brasil.htm?v52;> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602961-protestos-de-junho-de-2013-atrairam-1-milhao-no-auge.shtml>

4 É importante pontuar que ocorreram várias manifestações paralelamente aos protestos de Junho, mas que eram parte de movimentos sociais ou grupos de pressão já conhecidos, como nas últimas duas décadas. Como: as Marchas das Vádiás; as Marchas da Maconha; greves; ocupações em Universidades; mobilizações de populações atingidas pelas obras da Copa do Mundo; Marcha da Família com Deus; Paradas Livres/Gays; entre outras. (GOHN, 2016).

partidos eleitos à época. Assim, o descontentamento com a corrupção na política brasileira já aparece nas pautas dessas manifestações.

Outro ponto relevante é que uma parte da juventude trazia um discurso contrário à ‘partidarização’ das Jornadas, e assumia o ‘verde-amarelo’ de todos os brasileiros. Suas principais bandeiras eram o combate à ‘roubalheira’ e ‘contra tudo isso que está aí’, que foi sendo substituído pelo ‘Fora PT’. É possível identificar pelo menos três grupos com características semelhantes<sup>5</sup>: o Vem Pra Rua, o Revoltados Online, e o Movimento Brasil Livre (AMARAL, 2016).

Depois de 2013 as manifestações não tiveram continuidade em termos de mobilização de massa. Os atores que estiveram presentes nas Manifestações de Junho continuaram atuando nas redes sociais no ano seguinte, saindo às ruas em atos de protestos mais tímidos, como os contrários à Copa do Mundo no Brasil e os seus grandes gastos, e sem atrair a maioria da população (GOHN, 2016).

Cabe destacar que 2014 foi palco de uma acirrada disputa pela Presidência da República, na qual o PT conseguiu manter-se no cargo ao reeleger Dilma Rousseff no segundo turno da eleição<sup>6</sup>. E nos meses finais desse ano, alguns coletivos de oposição empenharam-se na mobilização de manifestações pela saída da presidente do governo federal, quando já se notava um tom claramente antipetista.

A corrupção tornou-se a principal agenda da oposição e um dos assuntos mais frequentes nas mídias tradicionais e alternativas. E associado à insatisfação com a crise econômica, presenciava-se uma elevada desconfiança dos cidadãos em relação aos atores políticos e às instituições representativas. Diante disso, os grupos de oposição passaram a utilizar a estratégia informal de articular os segmentos que estavam insatisfeitos através da internet, dando visibilidade a casos de corrupção e conferindo-lhes especialmente ao partido do governo federal. Entre os grupos que estiveram à frente desses acontecimentos, o MBL assumiu o papel central (TELLES, 2016).

---

5 No entanto, cabe ressaltar que os grupos citados apresentam diferenças do ponto de vista ideológico. Ademais, não desconsidera-se o surgimento e consolidação de outros grupos que possuem perfis diferenciados dos que foram mencionados acima, e que tiveram presença marcante nas Jornadas de Junho, isto é: a Mídia Ninja, os Black blocks e o *Anonymous*. Para entendimento das participações dos diferentes grupos nas manifestações sugere-se a leitura de Espíñeira e Matheus (2015)

6 Para consultar o resultado do segundo turno da eleição presidencial, acesse a seguir: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>.

Como visto, o MBL tem suas raízes nas Jornadas de Junho, no entanto, algumas entrevistas dos seus líderes localizam a emergência do movimento no contexto pós-eleitoral de 2014<sup>7</sup>. Observa-se que ao contar o surgimento da entidade as suas principais lideranças buscam afastar-se de uma trajetória vinculada às Manifestações de Junho. É razoável supor que isso tem a ver com o fato de sua atuação nas Jornadas ter sido pouco expressiva. Porém, verifica-se que em 2013 o coletivo já se apresentava nas redes sociais *online* como MBL e disputava ideias e projetos no campo das discussões políticas<sup>8</sup>. Embora tenha ganhando mais visibilidade no final de 2014, cumprindo em parte o papel de *think thank* nas redes sociais<sup>9</sup>.

## TRAJETÓRIA E ASCENSÃO DO MBL NO CONTEXTO DE CRISE

■ A formalização do MBL como uma organização se inicia em novembro de 2014, quando o grupo assume o status de entidade sem fins lucrativos, afirmando o seu caráter político enquanto ator social. A organização define-se da seguinte maneira:

[...] uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia. (Facebook/@mblivre, 2014).

O MBL tem características diferentes das organizações tradicionais, pois não há uma trajetória de atuação em setores da sociedade, nos quais se mobilizam pes-

7 Fontes: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/movimento-brasil-livre-e-o-15-de-marco-tudo-sobre-o-ato-que-reivindica-o-impeachment-de-dilma-rousseff/>; <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1686987-eu-tambem-poderia-ter-pedido-saida-de-lula-e-fhc-diz-lider-do-mbl.shtml>; <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-12/roqueiro-e-ativista-na-web-lider-anti-dilma-defende-privatizar-saude-e-educacao.html>

8 Esse aspecto será mais bem desenvolvido em uma nova agenda de pesquisa. Agradecemos a Diego Matheus por suas observações, que nos ajudaram a pensar em ponto da pesquisa. A seguir disponibiliza-se o link que direciona a eventos marcados pelo MBL em sua página no facebook no mesmo período em aconteciam as Jornadas de Junho, tendo com demanda a questão do transporte público. Disponível: <https://www.facebook.com/pg/mblivre/events/>. Igualmente, pode-se verificar postagens do MBL no Twitter no mesmo ano. Disponível: <https://twitter.com/search?l=&q=from%3AMBLivre%20since%3A2013-01-01%20until%3A2014-01-01&src=typd>

9

soas e grupos (ESPIÑEIRA & MATHEUS, 2015). Porém, os objetivos do MBL ultrapassam os empenhos pela saída de Dilma do poder, pois o grupo tem seu próprio projeto para o País, que se fundamenta numa filosofia política liberal<sup>10</sup>. E com a formação de coordenadores estaduais e a criação de filiais no território nacional, percebe-se que o movimento conseguiu montar e mobilizar uma estrutura de apoio em torno desse projeto e de sua pauta de demandas.

A internet tem sido importante para convocar os protestos e manter contato com aqueles que apoiam suas iniciativas. O grupo também usou outros meios para a divulgação da sua agenda de protestos, como panfletagens, colagens de cartazes e aulas públicas. Os efeitos desse empenho são notados a partir das manifestações de ruas que o MBL conseguiu articular junto com outras organizações em diversas capitais e cidades brasileiras em 2015 e 2016.

O último grande ato *pró-impeachment* aconteceu no dia 13 de março de 2016, quando mais de três milhões de pessoas saíram às ruas de 239 cidades brasileiras<sup>11</sup>. Nos meses que se seguiram não houve mais pressão nas ruas com grandes manifestações a favor do *impeachment*, porém os grupos de oposição continuaram com suas articulações políticas em torno do processo. E, como um dos desfechos da história, tem-se a saída definitiva da presidente Dilma do governo em 31 de agosto, depois de enfrentar o julgamento do Senado Federal.

---

10 O MBL defende a “liberdade individual, a propriedade privada e o Estado de Direito como conceitos fundamentais de uma sociedade que se propõe a ser livre, próspera e justa.” (p.13, 2015). E preconiza valores, como liberdade e responsabilidade; paz e proteção a direitos individuais; livre iniciativa e empreendedorismo; incentivo ao trabalho e respeito à propriedade privada; igualdade perante a lei e democracia. (2015). Na prática, o MBL afirmar que defende as seguintes bandeiras: redução e simplificação da carga tributária; federalismo político e descentralização administrativa, em respeito ao princípio da subsidiariedade; autonomia contratual para o trabalhador; livre concorrência e livre iniciativa; fim do fundo partidário e do voto obrigatório; liberdade para a criação de partidos políticos, inclusive regionais; fim do alistamento militar obrigatório; fim das verbas de publicidade estatal que não sejam exclusivamente informes de utilidade pública; revogação do estatuto do desarmamento e o reconhecimento do direito de autodefesa do cidadão; progressivo aumento da participação do setor privado em serviços públicos passíveis de serem privatizados, tais como educação, saúde, infraestrutura, administração de serviços penitenciários, dentre outros; fim dos monopólios estatais e privatização de todas as empresas públicas e sociedades de economia mista; fim do BNDES e outros bancos públicos de fomento que servem apenas para gerar distorções no mercado e corromper agentes públicos; fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais, sociais ou de gênero; livre comércio com todas as nações do planeta, independente de preferências ideológicas de governos específicos. (2015).

11 Fonte: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-su-peram-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>> Acesso em 30/jan. 2017

Encerrando o enredo do *impeachment*, o MBL tinha à sua frente o calendário das eleições municipais previstas para esse mesmo ano. Desde as primeiras manifestações, o grupo e suas ideias conseguiram considerável visibilidade e alcance entre os brasileiros, e ao conquistar um número crescente de seguidores, apoiadores e parceiros, tornou-se mais capaz de atuar em diferentes lugares do País. Desse modo, as eleições municipais representavam a oportunidade de ocupar espaços na política institucional e de apresentar candidatos a cargos públicos eletivos, projeto que rendeu algum sucesso eleitoral.

O MBL define-se como uma organização suprapartidária, ou seja, considera-se como uma organização que está acima de ideologias partidárias, o que também significa dizer que sua atuação não é dirigida por partidos políticos. Para o grupo, essa característica permite uma ação “de forma livre e independente para a plena consecução de seus objetivos.” (MANUAL DE INSTRUÇÕES, 2015, p. 18).

Ainda que o MBL não esteja formalmente vinculado a uma agremiação partidária, as candidaturas de seus membros foram lançadas, como exige a lei nacional, a partir de filiações a legendas. Especificamente nesse caso, que têm posturas e conteúdos que são considerados próximos ao programa liberal defendido pelo movimento. Pois, constituir-se como uma organização suprapartidária não implica necessariamente negar instrumentos de representação, como os partidos políticos – sobretudo quando se disputa uma eleição.

Assim, o MBL aproximou-se de um determinado bloco de agremiações e parlamentares, com quais já havia buscado juntar-se nas ações *pró-impeachment*. Em documento oficial no qual disserta sobre as regras de filiações nos municípios, o grupo posiciona-se sobre suas preferências partidárias, apontando partidos que considera como ‘neutros’: PSDB, DEM, PMDB, PV, PSC, NOVO, PRP, PSB, PPS, PT do B e PRTB. Do mesmo modo, recusa o vínculo de qualquer membro com as “tradicionais siglas de esquerda”, que são: PT, PSOL, PCB, PCdoB, PSTU e PCO. E tendo em conta as especificidades da política local, autoriza que os seus membros firmem alianças e coligações com partidos, desde que as ideias defendidas pelo movimento sejam hegemônicas. Caso contrário, afirma-se que é preferível uma participação independente a ter as suas ideias colocadas em segundo plano (MANUAL DE INSTRUÇÕES, 2015)<sup>12</sup>.

Desde o início das mobilizações *pró-impeachment*, o MBL já demonstrava a intenção de disputar espaço no campo da política institucional. As suas lideran-

---

12 Trata-se do manual de instruções para as filiais municipais que foi produzido em 2015, para acessá-lo veja: <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>

ças explicavam aos seus seguidores que a pressão popular nas ruas é fundamental, mas que o Legislativo tem um papel importante na aprovação do *impeachment*<sup>13</sup>.

O intento de disputar espaços de poder também aparece no I Fórum Nacional do MBL, realizado em novembro de 2015. Nesse evento, a principal preocupação era formular uma plataforma política para o ano seguinte, que abarcasse ampliação de filiais, a formação de lideranças, o lançamento de candidaturas em eleições e a formulação de propostas de políticas públicas de caráter liberal<sup>14</sup>. Nota-se que o movimento tem objetivos mais propositivos na política, que passa pela destituição do PT das esferas públicas e o esfacelamento de projetos sociais e políticos à esquerda.

Essa preocupação está contida no manual das filiais municipais, no qual se assegura que o objetivo fundamental das filiais “é a ocupação dos espaços políticos e a destruição sistemática do pensamento e da prática estatista e esquerdista ao longo dos municípios país afora.” (MANUAL DE INSTRUÇÕES, 2015, p. 24). Os municípios são considerados espaços estratégicos para ações políticas, como a aprovação de projetos de lei que tragam soluções liberais para os problemas municipais. E para alcançar esse objetivo, seria necessário ocupar espaços dentro das câmaras municipais e da administração pública, como se lê a seguir:

um movimento político municipal não poderá se abster de participar do pleito, agregando candidatos diversos que defendam suas bandeiras. Caso contrário, irá se converter em um clube de discussões enfadonho e sem foco, e perderá por completo seu potencial transformador. (2015, p.29 e 30).

Admite-se a ocupação de cargos em secretarias municipais, pois os filiados “poderão fazer valer tal cargo no executivo para a plena execução dos projetos liberais do movimento.” (MANUAL DE INSTRUÇÕES, 2015, p.30), contanto que haja uma análise técnica do cargo para garantir que o filiado participará de uma gestão consonante ao programa da organização.

Para promover e tornar viável seu projeto liberal, o MBL lança-se na disputa direta dos espaços da política eleitoral. E a narrativa do movimento continua pautada no combate à corrupção e no antipetismo, estandartes das grandes manifestações e outras atividades as quais liderou, e que repercutiram positivamente em determinadas camadas sociais. O diferencial agora é que a organização utiliza

13 Ver postagem do coordenador nacional, Renan Santos no Facebook/@mblivre em 03 de março de 2015.

14 Algumas fontes: <https://mbl.org.br/propostas/> <https://www.eventick.com.br/congressombl>

esse discurso como fundamento para sua entrada na política eleitoral, defendendo que essa é uma oportunidade de transformar as práticas políticas. A transformação se tornaria factível a partir da eleição de seus próprios candidatos ou daqueles os quais apoia publicamente<sup>15</sup>.

O discurso é construído em torno do combate à corrupção e do antipetismo, as lideranças buscam contrapor-se à figura do ex-presidente Lula, que seria a representação do que o grupo afirma repudiar na política brasileira<sup>16</sup>. Leia a seguir a narrativa do coordenador nacional da organização, Rubens Nunes, que se candidatou a vice-prefeito da cidade de Vinhedo (São Paulo),

As pessoas ruins entram para política dizendo que são boas pessoas. No entanto, começam a roubar, começam a prevaricar [...] por conta de pessoas mentirosas, como o ex-presidente Lula, que se colocava como um líder, como um Salvador da Pátria, como um grande Messias que viria para salvar os trabalhadores [...] que é um picareta, ele entrou na política e já era sujo, e sujou a política [...] é contra esse tipo de pessoas que nós temos que lutar, por isso que as pessoas tem que lutar. Eu me lancei como pré-candidato, coloquei meu nome à disposição, expondo minha liberdade, minha vida privada. [...] a gente não pode admitir que a política fique entregue a corruptos. (Facebook/@mblivre, 2016, 14 de julho).

É nesse jogo de convencimento que o MBL afirma suas candidaturas e convoca pessoas com ideais semelhantes a participarem do processo eleitoral. Considerando-se que o movimento relaciona-se com um determinado público, que vem acompanhando o seu trabalho, principalmente nas redes sociais *online*, interessa observar se o uso desse ativismo virtual, as ações empreendidas e as bandeiras que tem levado desde a sua criação repercutiram eleitoralmente. Então, é preciso questionar: qual foi o desempenho do MBL na competição eleitoral?

As eleições municipais de 2016 são as primeiras que o MBL participou enquanto organização, apresentando 46 candidaturas a vereador, um candidato a

---

15 Ver postagem do coordenador Renan Santos no Facebook/@mblivre em 29 de setembro de 2016.

16 Por tratar-se de uma entidade sem fins lucrativos, O MBL recebeu ordem judicial proibindo campanha eleitoral em suas páginas na internet. Por isso apagou das suas páginas todas as publicações explicitamente eleitorais. No entanto, o leitor poderá verificar que suas publicações continuaram pautadas nas bandeiras de combate a corrupção, associando essa prática, principalmente ao PT e aos seus quadros de políticos.

prefeito e um a vice-prefeito<sup>17</sup>. Como não se trata de um partido político, as candidaturas a vereador aconteceram por 15 legendas, concentrando-se principalmente entre: DEM (10), PSDB (10), PP (5), e PSC (5). Em menor proporção aparecem: PTB (3), PRB (2), NOVO (2), PEN (2), SD (1), PROS (1), PV (1), PSB (1), PHS (1), PTN (1), PMDB (1). O candidato a prefeito disputou pelo PPS e o candidato a vice-prefeito pelo PMDB<sup>18</sup>.

A chapa em que Rubens Nunes, coordenador nacional do MBL, concorreu como vice- prefeito perdeu a disputa, mas Zé Pocai foi eleito prefeito do pequeno município de Monte Sião, no estado de Minas Gerais. A organização também elegeu oito vereadores em municípios de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Sergipe, sendo que três candidatos foram vitoriosos nas seguintes capitais: Porto Alegre, Aracaju e São Paulo. Os demais foram eleitos em municípios de médio porte. A seguir, exibe-se o quadro com a lista de vereadores do MBL que foram vitoriosos:

TABELA 1. Vereadores eleitos do MBL, 2016

Estado	Município	Vereador
São Paulo	São Paulo	Fernando Holiday
	Americana	Marschelo Merche
	Rio Claro	Carolina Gomes
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Ramiro Rosário
	Sapiranga	Leonardo Braga
Paraná	Londrina	Filipe Barros
	Maringá	Homero Marchese
Sergipe	Aracaju	Emília Correa

Fonte: Site do MBL.

- 17 A lista oficial de candidatos do MBL divulgada no site do Jornal Livre constava 45 candidatos, mas observou-se que havia uma candidata não contabilizada na lista. O nome da candidata é Emília Corrêa Santos, que aparece na atual lista de parlamentares do site oficial do grupo. À época, a Justiça proibiu a propaganda eleitoral no site e páginas *online* do movimento, e por essa razão não foi possível compreender melhor esse caso. Não cogita-se mais casos semelhantes porque todos os sites de notícias que comentam as eleições dos candidatos do MBL confirmaram o número indicado acima. Fonte: <https://jornalivre.com/2016/09/27/conheca-a-lista-de-candidatos-do-mbl-censurados-pelo-psol/> <https://mbl.org.br/parlamentares/>
- 18 O MBL também apoiou candidatos que não fazem parte do movimento, mas que dialogam com os seus ideais liberais, como o prefeito eleito João Dória (PSDB), na capital paulista; Nelson Marchezan Júnior (PSDB), em Porto Alegre; Marcelo Crivella (PRB), no Rio de Janeiro; e Orlando Morando (PSDB), em São Bernardo do Campo. Ver: Facebook/@mblivre/postagens em 2016.

Para compreender o alcance político desses resultados seria preciso compará-los ao desempenho eleitoral de outras organizações ou movimentos sociais que apoiaram eleitoralmente os seus membros. Essa tarefa excede os objetivos aqui propostos e será desenvolvida mais adiante, em uma nova agenda de pesquisa. Porém é necessário salientar que embora o número de candidaturas derrotadas do MBL tenha sido bem maior do que as vitoriosas, a participação numa eleição já pode colaborar com as carreiras daqueles que efetivamente aspiram entrar na política, pois a condição de candidato contribui com o acúmulo de capital político necessário para eleições futuras (PINTO, 1998; KUSCHNIR, 2000).

Os estudos de recrutamento e de carreira política mostram que candidatos a cargos eletivos usam recursos sociais de natureza diversa como ponte para entrar na política, como o uso das relações estabelecidas no exercício profissional, sindicalismo, vinculação a organizações sociais e empresariais, igrejas e filantropias, cargos públicos ocupados, entre outros (CORADINI, 1998). A compreensão desses elementos implica a noção de capital político, que tem origem nos escritos de Pierre Bourdieu, e trata-se de uma forma de capital simbólico que depende do reconhecimento dos próprios pares quanto à legitimidade para agir na política (MIGUEL, 2003). Como um recurso de quem atua neste campo, ele pode ser construído na militância dentro do partido ou ser acumulado em arenas circunvizinhas à política, ou seja, pode vir de fora dela e ser convertido a partir de outra atividade que lhe deu credibilidade e prestígio (MALUF, 2006). Desse entendimento, surge a seguinte questão sobre os vereadores do MBL: quais são os seus atributos sociais e vínculos políticos?

Para iniciar tal debate, a próxima tabela aponta o perfil dos vereadores e traz elementos para recuperar brevemente as suas trajetórias políticas até o pleito de 2016.

TABELA 2. Atributos sociais e políticos dos vereadores eleitos do MBL, 2016

Estado	Vereador	Município	Partido	Idade	Sexo	Profissão anterior
São Paulo	Fernando Holiday	São Paulo	DEM	20	Masculino	Estudante
	Marschelo Meche	Americana	PSDB	30	Masculino	Empresário
	Carolina Gomes	Rio Claro	PSDB	26	Feminino	Empresária
Rio Grande do Sul	Ramiro Rosário	Porto Alegre	PSDB	30	Masculino	Advogado
	Leonardo Braga	Sapiranga	PSDB	22	Masculino	Empresário
Paraná	Filipe Barros	Londrina	PRB	25	Masculino	Advogado
	Homero Marchese	Maringá	PV	33	Masculino	Advogado e professor
Sergipe	Emília Correa	Aracaju	PEN	54	Feminino	Advogada e radialista

Fonte: Site do MBL.

Como mencionado acima, três vereadores elegeram-se em capitais e os demais em municípios de médio porte. Acredita-se que, para um movimento recém-surgido na política conquistar uma vaga no legislativo municipal do porte da capital paulista e mais duas vagas em outras capitais há de ter um significado político importante para a continuidade dos projetos do MBL, especialmente no que se refere às próximas eleições gerais previstas para 2018. Todavia, interessa acompanhar em termos de pesquisa como os parlamentares do MBL sobreviverão no sistema político, e como se distribuirão entre a pauta do movimento e a direção dos seus respectivos partidos.

Verifica-se que os vereadores do MBL elegeram-se principalmente pelo PSDB – dos dez candidatos filiados ao partido, quatro foram vitoriosos. Os demais eleitos se distribuíram entre DEM, PRB, PV e PEN. Analisando os critérios contidos no manual das filiais municipais, entende-se que a organização manteve alguma coerência no que diz respeito ao espectro ideológico das legendas das suas candidaturas, pois tanto as vencedoras quanto as derrotadas são filiadas a partidos considerados como de direita, centro-direita ou centro. Ou pelo menos não são o que o MBL considera como tradicionais siglas de esquerda – aqui seria o caso de PSB e PPS.

Observando a faixa etária dos novos vereadores é interessante entender que esta se concentra especialmente entre 20 e 30 anos de idade. Como se trata do cargo eletivo mais básico na estrutura de carreira política no Brasil é compreensível que indivíduos mais jovens, que estão iniciando a vida pública deem o primeiro passo disputando a vereança, pois este é também o cargo com maior oferta no País<sup>19</sup>. Não obstante, a depender dos recursos sociais ou do capital político envolvidos numa candidatura, há possibilidades de pular etapas e iniciar disputando cargos mais altos, como o de deputado estadual.

Ao longo da campanha os candidatos apresentaram uma significativa vinculação com o MBL e compartilharam como compromisso representar as ruas, ou seja, aqueles que estiveram mobilizados contra o governo petista, como também apresentavam o argumento da necessidade de renovação da política. Do ponto de vista da renovação, esse discurso faz algum sentido, pois os candidatos eleitos conquistaram o primeiro cargo público eletivo em 2016. No entanto, isso não significa dizer que esses indivíduos nunca estiveram envolvidos em atividades de

19 Nas eleições de 2016 foram oferecidas 57.931 vagas de vereador distribuídas em 5.568 municípios. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Agosto/eleicoes-municipais-2016-terao-mais-de-66-mil-vagas-em-todo-o-pais>

caráter político. É razoável supor que a vereança aparece muito mais como culminância de um trabalho de capital político do que os primeiros passos de uma carreira (PINTO, 1998). Observando mais atentamente a trajetórias desses candidatos será possível entender melhor esse ponto de vista.

Iniciando-se com o caso de Fernando Holiday, 20 anos, que é coordenador nacional do MBL. Holiday elegeu-se em São Paulo (SP) pelo DEM, é o mais jovem vereador do MBL, tem ensino médio completo e não tinha nenhuma atividade profissional remunerada, tendo preenchido no site oficial da organização a categoria de “bolsista, estagiários e assemelhados”, mas não foram localizadas outras informações a esse respeito.

Leonardo Braga tem 22 anos, é líder local do MBL em Sapiranga (RS) e elegeu-se pelo PSDB. Leonardo também era militante partidário e fez parte da juventude do PSDB, apresenta-se como empresário e não completou o ensino superior.

Carol Gomes, de 26 anos, é líder local do MBL em Rio Claro (SP) e foi eleita pelo PSDB. Embora não tenha ocupado nenhum cargo público antes da vereança, ela tem uma atuação marcada pela militância partidária, e passou por três partidos antes de candidatar-se, estes são: PCdoB, PMB e PSL. A sua militância está voltada a questões sobre juventude e combate às drogas, possui uma Clínica de Reabilitação e é fundadora da Associação Juventude Ativa, na qual trabalha com projetos sociais.

Marschelo Merche tem 30 anos, é líder local do MBL em Americana (SP), elegeu-se pelo PSDB e foi presidente da juventude do partido em 2014, apresenta-se como empresário e tem o ensino médio completo.

Ramiro Rosário tem 30 anos, é um dos fundadores do MBL no RS, e elegeu-se pelo PSDB em Porto Alegre (RS). Participou de movimento estudantil, foi presidente estadual do PSDB e executivo do partido na capital. Participou das eleições em 2012 como candidato a vereador. Assumiu cargos na administração pública como gestor da Companhia de Desenvolvimento Regional (CAR) e de uma subprefeitura de bairro em Porto Alegre. Teve a experiência de ser secretário parlamentar do deputado federal Nelson Marchezan Jr (PSDB). E participa de atividades na Igreja Luterana e em associações de moradores.

Filipe Barros, 25 anos, elegeu-se pelo PRB em Londrina (PR), foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Londrina (UEL), na qual se formou em direito. Filipe acreditava que neste cargo poderia combater o “aparelhamento” do Diretório por partidos de esquerda que, para ele, não representavam os “interesses dos estudantes”.

Homero Marchese tem 33 anos, elegeu-se pelo PV em Maringá (PR). Homero é advogado, professor e ex-servidor público do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) – pediu exoneração do cargo. Participou das eleições em 2014 como candidato a deputado estadual pelo PV, ficando como terceiro suplente.

Emília Correia tem 54 anos, elegeu-se pelo PEN em Aracaju (SE), é defensora pública e comunicadora de rádio e televisão. Candidatou-se a vereadora nas eleições de 2012 pelo DEM. É interessante ressaltar que Emília é filha de um ex-vereador de Lagarto (SE), José Corrêa Sobrinho, que esteve no cargo em três legislaturas e ocupou a Presidência da Câmara Municipal. Este é um único caso em que havia familiar político, laço que pode ser convertido em um recurso para entrada na política.

Posto isso, cabe apontar algumas impressões agregadas. Observa-se que os cinco primeiros candidatos comentados acima são identificados como lideranças do MBL. No entanto, tratam-se de quadros com trajetórias marcadas pela militância partidária, excetuando-se o caso de Holiday que certamente iniciou sua militância no MBL. Nota-se outros recursos sociais como participação em movimento estudantil, ocupação de cargos públicos não eletivos, vinculação a outras organizações da sociedade civil, e até disputa em eleições anteriores. Nesse ponto, compreende-se que a vereança não é simplesmente o passo inicial de uma carreira política. Pois, ainda que se trate do cargo eletivo mais básico do País, a chegada a esta posição é o resultado de um trabalho de capital político desenvolvido nos partidos ou em outros setores da sociedade. Desse modo, concorda-se com Kuschnir (2000) ao apontar que em qualquer profissão, um novato precisa passar por uma fase de treinamento e aprendizado, que nem sempre se restringe aos momentos iniciais da carreira, como vereador.

Os demais vereadores não se apresentam como lideranças do MBL, mas são considerados pela organização como seus candidatos. Nestes casos, o uso das relações estabelecidas no exercício profissional, a participação em eleições anteriores e ter familiar eleito anteriormente para cargos públicos certamente tiveram um peso importante no sucesso de suas candidaturas.

Como acontece com Filipe Barros que é advogado, uma profissão tradicional, que carrega um determinado prestígio e permite o contato com o número significativo de pessoas. Ressaltando que, embora Filipe não tenha uma atividade de militância partidária, já se posicionava politicamente no meio estudantil, especialmente no Diretório da Universidade em que se formou.

Homero Marchese é um caso singular, quando atuou no TCE-PR ganhou notoriedade por participar de auditorias em contratos de órgãos públicos, que fo-

ram alvo de escândalos políticos no estado, e deixou o cargo com um discurso de que se engajaria na luta contra a corrupção. Além disso, Homero tinha vínculos partidários com o PV que são anteriores à consolidação do MBL, participando em eleições para deputado estadual, o que pode ter garantido mais recursos e apoio do partido à candidatura mais recente.

Já Emília Correia atuava como defensora pública e comunicadora de rádio e televisão, estas últimas funções possibilitavam que Emília mantivesse maior contato com pessoas, bem como posicionar-se publicamente sobre questões ligadas ao cotidiano político. Há também o fato de seu pai ter sido vereador e da condição de candidata em eleição anterior, pois ainda que tenha sido por outro partido essa experiência permite um trabalho de acúmulo de capital político e experiência.

Portanto, percebe-se que o discurso de campanha baseado na ideia de representação das ruas e a proximidade com o MBL não exclui outras lógicas de legitimação, que já são frequentes na política eleitoral, como a militância, o uso da profissão, vínculos com outras organizações sociais e a ocupação de cargos públicos. Nesse sentido, recupera-se o entendimento de Coradini (2001) que mostra que os títulos, os recursos e as bases sociais que aparecem nas biografias dos agentes políticos remetem a uma diversidade de princípios de legitimação e a mesclas de diferentes espécies de capitais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

■ Este artigo buscou de modo despretensioso analisar o contexto no qual surgiu o MBL diante da crise política do país a partir dos protestos de junho de 2013, demarcando um novo momento vivido pela entidade ao se colocar dentro da política institucional através de candidaturas para o Legislativo, que se apresentaram com uma forte vinculação à entidade, diríamos que até acima dos partidos aos quais os candidatos se apresentaram filiados.

O MBL apoiou candidaturas descendentes dos protestos antipetistas pelo país afora, aglutinando um contingente de apoiadores que se colocam dentro da política como sendo filiados ao movimento e, em segundo plano, pertencentes aos partidos políticos. Em um sentido contrário, em termos ideológicos, o MBL se assemelha ao “Podemos” espanhol em torno de uma narrativa de participação e protagonismo das ruas, contudo, buscam se afirmar no cenário político atual do país sem estabelecer claramente os limites da relação entre movimento e partidos, o que pode levar a uma fácil captura da entidade aos propósitos imediato dos partidos.

Uma possível agenda de pesquisa sobre o MBL a ser realizada pode partir da análise: a) do quanto será rico compreender a produção legislativa desses candidatos eleitos como pertencentes em primeiro lugar ao MBL, ao invés dos partidos; b) de que forma se dá a relação “partido-vereador-MBL”; c) quem os mandatos reivindicam representar por meio da produção parlamentar; d) de que forma o mandato estará voltado a participar e liderar futuros protestos de âmbito local e nacional e, por fim, e) qual é o perfil de carreira política destes vereadores eleitos.

---

CLÁUDIO ANDRÉ DE SOUZA · Doutor em Ciências Sociais (UFBA) e Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: claudioandre@unilab.edu.br

GABRIELA DE MATOS MESSIAS · Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFBA).

MARIA VICTÓRIA ESPÍNEIRA · Professora do Departamento de Ciência Política (UFBA).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. São Paulo, Lua Nova, 2009, no.76, p.49-86.

AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINGS, Ivana. CLETO, Murilo (Orgs). Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Boitempo: São Paulo. 2016, p. 49-54.

AVRITZER, L. Impasses da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Recursos sociais e modalidades de entrada na política: recrutamento e seleção de elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006. 2011. 140ff. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre.

BRANDÃO, L. C. A literatura sobre Movimentos Sociais: Interações entre a Política Institucional e a Política não Institucional. BIB, São Paulo, n° 71, 1º Semestre de 2011, pp. 123-143.

CARLOS, Euzenéia. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 17, n. 1, 2015.

CAROL Gomes. Disponível em: <https://www.facebook.com/CarolGomesFerreira/>. Acesso em janeiro de 2017.

CORADINI, Odaci L. Em nome de quem? Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

\_\_\_\_\_. Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana In: BARREIRA, Irllys / PALMEIRA, Moacir (Org). Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.

EMILIA, Corrêa. Disponível em: <https://www.facebook.com/emilia.correa.aju>. Acesso em janeiro de 2017.

ESPIÑEIRA, Maria Victória. MENEZES, Diego Matheus. O mosaico das contestações recentes no Brasil (2013-2015): Vozes difusas e inimigos diversos. IN: SOUZA, Cláudio André de. BARREIROS NETO, Jaime. (Orgs.). #Democracia BR: O momento político atual. Editora Jus Podivm: Salvador. 2015, p. 148-168.

FERNANDO, Holiday. Disponível em: <https://www.facebook.com/fernandoholiday.mbl>. Acesso em janeiro de 2017.

FILIPPE, BRAGA. Disponível em: <https://www.facebook.com/filipe.londrina/?fref=ts>. Acesso em janeiro de 2017.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. Rev. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.

PUC

KOWARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 1.3 (1987): 38-50.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEONARDO, Braga. Disponível em: <https://www.facebook.com/leonardobragabr/>. Acesso em janeiro de 2017.S

MALUF, Rui Tavares. *A carreira política na Câmara Municipal de São Paulo*. 2006. 180 f. Tese (Doutorado em Ciência Política)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, n. 20, p. 115-134, 2003.

RAMIRO, Rosário. Disponível em: <https://www.facebook.com/curtaramiro>. Acesso em janeiro de 2017....

ROMERO, Marchese. Disponível em: <https://www.facebook.com/paginahomeromarchese/?fref=ts>. Acesso em janeiro de 2017.o. 19 – Prim Semestre de 2016 – p. 97-125

SÃO PAULO. *Manual de instruções para filiais municipais*. Movimento Brasil Livre, 2015. 38 p. Disponível: <https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>. Acesso em janeiro de 2017.

SOUZA, Cláudio André de. BARREIROS NETO, Jaime. (Orgs.). #Democracia BR: O momento político atual. Editora Jus Podivm: Salvador. 2015.

TATAGIBA, Luciana. *Movimentos sociais e sistema político: um diálogo (preliminar) com a literatura*. Belo Horizonte: 6º Encontro da ABCP (2006).

TELLES, Helcimara Telles. *A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno*. Ponto e Vírgula/PUC SP. n. 19. Primeiro Semestre de 2016 – p. 97-125..

TILLY, Charles. *Movimentos sociais como política*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 3, p. 133, 2010.

MARSCHELO, Marinmeche. Disponível em: <https://www.facebook.com/marschelomarinmeche/> Acesso em janeiro de 2017.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Disponível em: <https://twitter.com/MBLivre>. Acesso em janeiro de 2017.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Disponível em: <https://mbl.org.br/parlamentares/>. Acesso em janeiro de 2017.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/?fref=ts>. Acesso em janeiro de 2017.